

COMO CITAR ESTE TEXTO:

Formato Documento Eletrônico (ISO)

NASCIMENTO, Alexandre do. **Raça e Democracia**. [Acesso em dd/mm/aaaa]. Disponível em <http://www.alexandrenascimento.com>.

A DEMOCRACIA CONTRA O RACISMO

Alexandre do Nascimento

Um projeto é uma a explicitação de intencionalidade. Seu ponto de partida é a própria realidade concreta, os problemas, as contradições, as relações que se travam em uma sociedade. A intencionalidade de um projeto é, também, fruto de opções éticas, que informam princípios e finalidades.

Em um projeto político explicitam-se princípios e metas que devem alimentar uma dinâmica, um processo – a lógica, a estratégia, as formas, os conteúdos das práticas, a busca de concretização de objetivos. É no processo que, de fato, os sujeitos individuais e coletivos produzem sentido e cultura. O professor Milton Santos nos ensina que "*gente junta cria cultura*" (2000, p.144), ou seja, cria valores, cria instituições, cria políticas, cria sentido para a coletividade.

A realidade social apresenta vários desafios para aqueles que acreditam na possibilidade de outras relações e dinâmicas na sociedade, relações e dinâmicas democráticas que garantam o direito à vida. Entre esses desafios queremos destacar o racismo e a discriminação como uma questão em pauta a ser enfrentada tendo em vista o projeto democrático. Hoje, a democracia é um valor, um ideal, proclamado por todas as partes e por vários atores sociais (governos, empresários, movimentos sociais, etc) como um projeto e um processo a ser perseguido pela sociedade, mesmo que existam concepções diferentes sobre seu conteúdo.

Embora existam várias visões, entendemos democracia como projeto e processo, e não como uma instituição pronta a acabada de uma vez por todas, baseada em "direitos adquiridos" e limitada por leis inexoráveis, definidas por "representantes" do povo e experts. Para nós, a democracia é construção coletiva permanente das condições de

desenvolvimento de autonomia (individual e coletiva), que denota que a sociedade é instituição autônoma da própria sociedade, ou seja, é autoinstituição (Castoriadis,...). Portanto, é nas lutas concretas que se constituem as instituições da sociedade.

A proposta deste texto é tentar refletir sobre a democratização das relações sociais, considerando uma perspectiva racial, ou seja, as perspectivas dos homens e mulheres descendentes de africanos que vivem seu cotidiano sob condições impostas de desigualdades sociais e desrespeito cultural, pelo racismo construído ao longo da história e ainda presente na sociedade brasileira. Não se trata de apresentar uma proposta. Uma proposta concreta deve ser resultado de um processo construção coletiva, de reflexão política e permanente interrogação sobre a sociedade e sobre os fins das nossas instituições. O objetivo é apenas refletir sobre a idéia de democracia, considerando perspectivas históricas e concretas que, normalmente, não são consideradas quando se pensa a sociedade.

A questão que se coloca para nós é a seguinte: Uma das marcas das relações sociais no Brasil é o racismo, o preconceito e a discriminação. O racismo é uma questão central para o entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. Como incorporar essa questão nos debates e nas disputas por uma concepção de democracia e de sociedade? A discriminação estabelece assimetrias e desigualdades que invalida a democracia, pois não permite iguais possibilidades de participação (do exercício de poder, da produção cultural e material, do acesso ao conhecimento, etc). O caso do preconceito e da discriminação contra a população negra no Brasil não é diferente: Informações de diversas pesquisas acadêmicas, de organizações não-governamentais e de órgãos oficiais, como IBGE e IPEA, que a população negra vive em desvantagem social em relação à população branca.

Com o fim do escravismo, foi institucionalizado em nossa sociedade um imaginário que considera o cristianismo católico, a cultura e os valores europeus e o homem branco como modelos que devem ser desejados por todas as pessoas e pelas instituições da sociedade. Vários pensadores brasileiros colocaram-se diante de uma questão que passou a ser crucial para o Brasil: A construção de uma nação e de uma identidade nacional. Tarefa considerada nada simples por causa da diversidade racial.

Esse imaginário produziu, no final do século XIX e na primeira metade do século XX, teorias que aderiram ao conceito de raças superiores e inferiores, que foram fundamento para a construção de um projeto de nação baseado na idéia de que o desenvolvimento só seria possível se o Brasil se tornasse um país de brancos, pois esta era considerada pelos teóricos no embranquecimento uma raça superior em comparação com negra e indígena. Como resultado deste pensamento, uma das medidas tomadas pelos governos da época foi o incentivo à imigração européia, embora o argumento tenha sido a necessidade de trabalhadores mais qualificados para o novo momento econômico/produzido que se desenhava no país. Por trás de tais medidas ocultava-se a tentativa de concretização de um projeto de branqueamento da população brasileira.

Embora tenha sido abandonado na primeira metade do século XX, essa perspectiva racista de branqueamento da sociedade contribuiu muito para instituir visões e considerações negativas, individuais e institucionais, sobre a população negra que permanecem até hoje, hierarquizando valores, culturas, grupos e gerando desigualdades sociais entre brancos e negros.

Se a nossa questão é a reflexão sobre a possibilidade de construção um outro projeto societário há, portanto, um problema explícito a ser enfrentado pela sociedade: o racismo e suas conseqüências para os grupos racizados, ou seja, a pobreza, a subalternidade, a inferiorização, a exclusão. E relacionada ao racismo, há, ainda, ao nosso ver, uma questão que pode ser colocada como sendo um problema global implícito: a *heteronomia instituída*, ou seja, esse "*conformismo generalizado*", "*esse estado onde as leis, os princípios, as normas, os valores e as significações são dados de uma vez por todas e onde a sociedade, ou o indivíduo, segundo o caso, não tem nenhuma possibilidade de agir sobre eles*"

Na luta pelo construção/realização de um projeto de democratização da sociedade é preciso considerar que uma proposta que assume este tipo de compromisso deve incorporar as perspectivas de *toda* a sociedade, que é composta por diversos grupos sociais e por uma rica multiculturalidade. Além disso, nos parece importante colocar no centro desse projeto as perspectivas dos grupos sociais racizados, questão fundamental ao principal valor de um processo democrático/democratizante: a igualdade.

Nossa observação e reflexão nos faz crer que são a superação do racismo e das relações assimétricas entre etnias, gêneros, regiões são algumas das perspectivas dos grupos racizados. Igualdade, liberdade e respeito aos seres humanos são princípios e importantes orientações para permear as intenções do projeto de uma sociedade livre de preconceitos, da discriminação e dos racismos, sem o que torna-se impossível pensar em democracia. Por isso é importante a elucidação do racismo e da conseqüente assimetria entre os diversos grupos étnicos/raciais da sociedade, pois a questão racial e uma questão a ser pensada na construção de relações sociais igualitárias.

Winant (1994), afirma que na *"um projeto (racial) é simultaneamente uma explicação da dinâmica racial e um esforço para reorganizar a estrutura social numa perspectiva racial específica. Cada projeto é necessariamente, por um lado, tanto uma iniciativa discursiva e cultural, uma tentativa de significação racial e formação de identidade, quanto, por outro lado, uma iniciativa política, uma tentativa de organização e redistribuição"*.

A definição de projeto dada por Winant ajuda a perceber que a questão racial sob uma outra abordagem. O próprio autor propõe uma nova abordagem, chama por ele de *teoria da formação racial*, que tenta evitar que raça seja considerada *"como manifestação de outra relação social que se suponha mais fundamental"*. Raça é uma categoria autônoma que está presente na história, nas disputas e nas relações societárias, e aparece (mesmo que de forma não explícita) nas diversas instituições na sociedade brasileira: no casamento, na escola, na pedagogia, no currículo, nas relações trabalhistas, nas relações humanas, nas coisas que são consideradas corretas ou incorretas, boas ou ruins.

Não se trata em dizer que raça é uma categoria isolada e descolada de outros problemas, dimensões e contradições da sociedade e da história. É ingenuidade pensar uma proposta anti-racista, intercultural e interétnica para a educação, sem pensar na (re)construção da escola pública, do currículo, da pedagogia; Pensar medidas de igualdade racial no trabalho, sem pensar na (re)construção das relações entre capital e trabalho; Propor direitos da pessoa humana como um corpo de leis estabelecidas, sem pensar na (re)construção das instituições públicas que teoricamente têm a função de concretizá-los. Mas, é também ingenuidade ignorarmos que a constituição das classes sociais no Brasil não têm no conceito de raça um dos seus principais elementos. Grandes obras do pensamento social brasileiro, como de Euclides da Cunha, ... de

Gilberto Freire e ... de Oliveira Vianna, têm algo em comum: baseiam-se na idéia da existência de raças humanas superiores (brancos) e inferiores (negros e indígenas). Algumas delas chagaram a influenciar decisões políticas importantes para a nossa constituição como nação, como a política de incentivo à imigração européia no início do século XX. Se os estudos sobre a história e a formação da sociedade brasileira mostram que o racismo é uma realidade e é uma forma de classificar, hierarquizar e produzir desigualdades, *raça e etnia são categorias centrais* para pensarmos a sociedade em sua totalidade, tanto o que *foi e está instituído*, quanto o que *se quer instituir*, mais ainda quando a reflexão e a ação política dos sujeitos sociais buscam a democratização das relações.

Não é mais novidade no Brasil, que o racismo é uma questão para a sociedade. No contexto das políticas públicas há o debate sobre as chamadas ações afirmativas, que são mecanismos de extensão de oportunidades para a população racisada, como forma de possibilitar aos que são prejudicados pelo racismo a igualdade de oportunidades de melhoria das condições materiais, sociais e políticas, na medida em que buscam ampliar as possibilidades de acesso ao conhecimento, ao emprego, ao reconhecimento social de suas contribuições histórico-culturais. Além disso, a noção de raça, numa perspectiva pedagógica, possibilita a crítica, a conscientização da sociedade, o conhecimento da diversidade e a interrogação sobre das nossas instituições, no sentido de seu aperfeiçoamento e da sua democratização.

O projeto de sociedade instituído, baseado no capital, na hierarquização social, na meritocracia, da competitividade, no individualismo, na desigualdade, é o nosso objeto de questionamentos profundos, não apenas porque institui desigualdades sociais eticamente inadmissíveis e é contraditório com os princípios de igualdade, mas também porque é importante que a sociedade faça do questionamento e da reflexão atividades coletivas permanentes. A interrogação sobre os valores, as leis e seus fundamentos, sobre a justiça, sobre as instituições (objetivas e subjetivas) é indicadora de autonomia da sociedade, é a negação da existência de forças extra-sociais e extra-humanas que sejam responsáveis pela instituição da sociedade.

Como nos ensina Castoriadis, a instituição da sociedade é auto-instituição e somente acontece na e pela ação humana, individual e coletiva. Por isso, na reflexão sobre um projeto societário democrático, um outro elemento não menos importante é a

autonomia. Como atividade política, esse fazer-se sujeito individual e coletivo, esse dar-se as próprias leis, essa recusa ao inexorável e ao que está determinado (pelas leis da História e da Natureza, por Deus, etc), é meio e finalidade, é processo e projeto, é criação do novo a partir do exercício de *imaginação do novo*. São sujeitos, lançando mão do *imaginário instituinte*, a fonte da criação de um outro projeto.

Cornelius Castoriadis, em sua *Instituição imaginária da sociedade*, fornece uma grande contribuição teórica ao propor um outro conceito de imaginário social. No pensamento desse autor, o imaginário social, muito mais que *imagem de*, é potência criadora e força instituinte que circunscreve a praxis social. O imaginário social é "*poder criador, poder instituinte e coletivo através do qual a sociedade se cria a si própria, criando seus valores, suas formas de prática social e material, suas relações e símbolos*".

A emancipação humana, entretanto, não decorre naturalmente da simples existência da capacidade de criar, mas requer que os indivíduos e a sociedade lancem mão dessa capacidade de criação para pensar e construir o novo: novo projeto de sociedade, novos valores, novas práticas, que possam instituir outras formas de relações sociais e instituições que entendam as pessoas como cidadãos, possibilitem as mesmas oportunidades (econômicas, sociais, culturais e políticas) a todos e facilitem ao máximo o desenvolvimento da autonomia individual e coletiva. A construção de um projeto societário democrático é, portanto, a construção de um projeto histórico de autonomia individual e coletiva.

Não pode ser apenas racismo e as desigualdades raciais o motivo da existência dos movimentos sociais que se articulam a partir dos conceitos de raça e etnia. Muito menos deve ser o poder instituído a instância que chama os movimentos sociais para a participação. Tudo isso (racismo, desigualdades, Estado) está instituído, mas não de uma vez por todas. Se os movimentos sociais apenas reagem ao que é determinado ou respondem ao que lhe é solicitado, são *heterônomos*.

O racismo é, sem dúvida, uma questão central para a compreensão da formação social brasileira e uma categoria importante para compreendermos da situação de desvantagem e pobreza da maioria da população negra, o que compromete o ideal de democratização. Isso é evidente e inegável, mas infelizmente muitas análises ainda insistem em colocar o racismo como resultado de outras relações sociais.

Entretanto, além da reação e da criação de mecanismos que visem impedir que o racismo tenha consequências nocivas aos *direitos humanos* e ao *ideal democrático*, a experiência histórica dos quilombos, a cultura e os valores africanos (as "africanidades"), a valorização das diferenças e a superação de discursos e práticas "identitárias", a radicalização da democracia como processo de produção de igualdade material, podem ser referências para uma nova cultura de relações sociais. Pois, na luta por liberdade, a política se faz nos terrenos material e imaterial.